

Parte I - Fábricas de interiores: montagens e desmontes

História do trabalho comunitário em psicologia

Maria Lívia do Nascimento

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NASCIMENTO, ML. História do trabalho comunitário em psicologia. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 33-42. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

HISTÓRIA DO TRABALHO COMUNITÁRIO EM PSICOLOGIA

*Maria Livia do Nascimento **

Há aproximadamente dez anos, escrevi, como tese de doutorado, um trabalho cuja problemática dominante dizia respeito à história, no Brasil e na América Latina, de uma psicologia que se convencionou chamar de comunitária.

Ao longo desses anos, outro campo de estudo foi sendo por mim priorizado: as questões relativas aos direitos da criança e do adolescente, a história da legislação infanto-juvenil brasileira e das políticas públicas propostas para esse segmento da população. Foi para discutir tais questões que recentemente participei do 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Participando desse evento, observei a presença marcante de um número razoável de trabalhos que, já a partir do título, se dizem de Psicologia Comunitária. Faço referência ao fato porque, na proposta de traçar alguns caminhos da história do trabalho comunitário em psicologia no Brasil, é imprescindível citar a ABRAPSO, pois sua presença, com seus encontros nacionais e regionais e suas publicações, serviu para organizar as discussões em torno do tema. Já em sua ata de reunião de fundação (1980) aparece como um de seus objetivos “defender o papel do psicólogo na ação transformadora sobre a comunidade brasileira”. Desse objetivo, dois pontos se tornaram prioritários tanto para a ABRAPSO quanto para a Psicologia Comunitária brasileira: a questão do papel do psicólogo, que trataremos aqui ao discutir os especialismos, e a da transformação da comunidade, ponto básico do chamado modelo latino-americano de Psicologia Comunitária.

Práticas e discursos de Psicologia Comunitária estão presentes em livros, artigos e revistas. Organizam-se seminários centrados nesta temática.

* Professora do Departamento de Psicologia da UFF.

Na universidade, nos cursos de formação de psicólogos, nos currículos existem disciplinas assim denominadas. Cursos de pós-graduação incluem o título entre suas linhas de pesquisa. Entretanto, é preciso problematizar este saber instituído, esse território demarcado a partir da discussão dos especialismos técnico-científicos e da produção de verdades.

No livro *O que é Psicologia Comunitária*. Vasconcelos (1985: 53–54) afirma:

desde a década de 60 vimos assistindo, em vários países, a proposição de modelos alternativos de serviços de saúde mental, frequentemente acompanhados de projetos de atuação comunitária, onde os psicólogos também têm sido chamados a atuar. Neste momento é que vão surgir as primeiras experiências em Psicologia Comunitária como uma das saídas alternativas para a Psicologia e sua crise¹.

A origem dessas primeiras experiências está também associada ao desenvolvimento da Medicina Comunitária, ao surgimento de novas demandas sociais e aos movimentos de Educação Popular. No Brasil, observamos que uma das vias de implementação das práticas de Psicologia Comunitária foi a acadêmico–universitária. Ou seja, surgem ligadas à universidade, como pesquisa de professores, estágios, projetos de pós-graduação e, sobretudo, trabalhos de extensão universitária.

No final dos anos 70 ocorre, no Brasil, um grande fortalecimento dos movimentos sociais. A universidade, com suas pesquisas e trabalhos de extensão em Psicologia Comunitária estava, pois, atravessada pelo contexto histórico da época, sendo incentivada e financiada pelo MEC —que naquele momento iniciara, junto com todo o governo, uma política de abertura a partir de pressões populares.

A institucionalização da extensão universitária se dá por força da lei da Reforma Universitária de 1968, numa proposta de associar os saberes

¹ É importante esclarecer o que Vasconcelos quer dizer ao usar a noção de crise. Convencionou-se chamar de crise o momento (meados dos 60) em que a Psicologia Social americana foi alvo de críticas pela ineficácia de suas propostas explicativas para o que denominava comportamento social humano.

produzidos na academia à melhoria das condições de vida da comunidade. Dois artigos desta lei fundamentam as práticas de extensão:

Artigo 20: A Universidade e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes.

Artigo 40, alínea 'a': As instituições de Ensino Superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

Diante do quadro de opressão presente na sociedade brasileira à época, práticas de extensão universitárias legalmente autorizadas passaram a ser a *brecha para as Ciências Humanas* intervir na comunidade.

Assim, a Psicologia passa a acompanhar um movimento que tenta mobilizar setores sociais considerados à *margem*. Grupos que se formam nos bairros buscam uma prática segundo a qual todos devem participar igualmente. Caravanas de moradores de bairros pobres passam a pressionar autoridades governamentais com reivindicações de melhorias da qualidade de vida. Questões ligadas ao cotidiano da vida das famílias produzem grupos de mulheres que se organizam no local de moradia.

Segundo Sader (1987), podemos identificar três matrizes discursivas destes movimentos sociais:

- a) O cristianismo das comunidades de base, que passa por um processo de mudança de sua linha de ação com a Teologia da Libertação, formando um espaço social protegido pela igreja e sob a orientação principalmente de mulheres que se reúnem para rezar, produzir trabalhos manuais. Tais grupos, posteriormente, se transformam em grupos de contestação.
- b) O marxismo de uma esquerda dispersa que, durante o período de repressão, vai tentar formas alternativas de atuação militante, buscando, nas associações de bairro, um espaço para entrar em

contato com as classes populares, principalmente através da Educação Popular.

- c) A emergência do “novo sindicalismo”, surgido na década de 70, em oposição ao considerado velho. Esse sindicalismo se faz de tal forma presente que os movimentos “sustentados pelos trabalhadores nas empresas desenvolvem enfrentamentos com o patronato e o governo num campo de referências onde o sindicato é reconhecido como interlocutor legítimo”. Assim é que as lutas travadas no cotidiano fabril estabelecem ligações com outras; por exemplo, com aquelas vividas no local de moradia.

Quando a Psicologia vai para a comunidade se encontra com todas estas práticas, e atua junto com elas. Na verdade, se estabelece uma intervenção desses movimentos nas Ciências Humanas e Sociais como um todo, inaugurando a ação de profissionais engajados; entre eles, psicólogos.

A emergência dessa psicologia trouxe algumas questões produzidas por aqueles que trabalhavam na área. Curiosas soluções foram sendo levantadas com o objetivo de definir o que seria a Psicologia Comunitária. Todas marcadas por uma proposta de ampliação do campo da psicologia, que estaria saindo dos espaços fechados tradicionais e buscando diferentes maneiras de atuação. A partir daí, procuram-se papéis específicos para esse psicólogo, modelos de atuação, uma identidade...

Tendo em vista que muitas destas preocupações continuam presentes até os dias de hoje, torna-se necessário discutir os modelos de atuação que foram se constituindo.

À procura de modelos

Entender como as práticas da assim chamada Psicologia Comunitária foram sendo forjadas exige um percurso que passa, entre outras coisas, pela discussão dos procedimentos da pesquisa-ação e pelo que pode ser entendido como comunidade. Entretanto, a busca de um modelo que lhe dê identidade acompanha a história da atuação comunitária da psicologia.

No I Seminário Nacional: História da Psicologia no Brasil, realizado na PUC/RJ, pelo Departamento de Psicologia, em maio de 1987, havia um espaço reservado para a Psicologia Comunitária. Em sua exposição, sob o título “Psicologia e trabalho comunitário”, Negreiros (1988: 165) pondera:

Não considero que as atividades que realizamos atualmente sejam propriamente Psicologia Comunitária no sentido de um trabalho com estrita especificidade de psicologia. Preferia chamá-lo de modo geral e um tanto vago de ‘trabalho comunitário’, simplesmente.

Este não era um fato incomum. Os psicólogos nem sempre assumiam estar fazendo psicologia quando iam para a comunidade, não se percebiam produzindo práticas *psi*. Um bom exemplo é o seguinte trecho de entrevista realizada por Souza (1985: 102) em sua pesquisa de dissertação, A Psicologia sobe o morro:

Nesta época eu nem assumia muito bem o fato de eu ser psicóloga ali dentro. Eu era muito mais pelo movimento comunitário, o pessoal mais chegado sabia, mas o resto da comunidade não. Não era uma coisa que eu fizesse questão de dizer.

Provavelmente foram profissionais como estes que, não se deixando capturar pelo enquadramento em modelos, possibilitaram o escape de uma postura de especialista, através de intervenções múltiplas, implicadas e baseadas na criação. Entretanto, na maioria das vezes, falas como essas acima marcavam um incômodo no profissional que ia para a comunidade: o de permanecer no território da falta de uma identidade.

Desta forma, a busca de uma identidade própria funcionava como uma saída para a cobrança que se fazia aos psicólogos comunitários na ausência de uma linha divisória entre sua prática e as práticas de áreas afins. O Serviço Social, a Pedagogia, as Ciências Sociais e, mesmo, a Medicina formam, junto com a Psicologia, o espaço dito multidisciplinar de atuação comunitária. Este espaço, na verdade, congrega um conjunto de especialistas que se apoiam em diferentes saberes vistos como verdadeiros e universais. Ou seja, o território produzido é o dos especialismos. A busca do psicólogo especialista em comunidade tem norteado a diferenciação

entre os dois principais modelos de Psicologia Comunitária: o norte-americano e o latino-americano.

Nos Estados Unidos, a Psicologia Comunitária surgiu a partir de mudanças em algumas práticas clínicas ligadas à Psiquiatria Comunitária. Conceitos tais como prevenção e intervenção psicossocial, presentes nesta abordagem, marcam o psicólogo como um agente preocupado com a saúde mental. Este agente utiliza o modelo médico terapeuta-paciente e o princípio do ajustamento à sociedade.

Em 1963 inaugura-se, nos Estados Unidos, o projeto dos Centros Comunitários de Saúde Mental, visando a atender à comunidade em consultas de emergência, prevenção de suicídio, em casos de alcoolismo e drogas, e ao que denominavam delinquência juvenil. O projeto propunha a adaptação dos “desajustados” do sistema e, apesar da avaliação crítica negativa recebida até mesmo em seu país de origem, ainda na década de 60, é implantado em países latino-americanos como um serviço comunitário e preventivo de saúde, sobretudo em bairros populares e distritos rurais.

Durante a década de 80, o modelo americano propõe uma mudança de atuação. Assim, o “psicólogo social comunitário se orienta no sentido de respaldar e ampliar os recursos e habilidades da comunidade” (MARIN, 1980: 175). Entretanto, apesar dessa outra postura, a atuação ainda enfatiza uma metodologia de observação distanciada e o profissional continua levando soluções para problemas e agindo como um consultor. A Psicologia Institucional do argentino José Bleger insere-se neste tipo de atuação, na qual se pretende levar a saúde mental para diferentes instituições, incluindo-se aí também a comunidade. Em sua proposta, o lugar do especialista é bastante fortalecido e o próprio Bleger se diz um técnico das relações interpessoais.

O modelo latino-americano, surgido na década de 70 a partir de práticas de intervenção comunitária, quebra com a noção de comunidade passiva e estática e busca, no materialismo dialético, os fundamentos para sua atuação. Por isto, os pensamentos de Marx e Gramsci aparecem como

linhas norteadoras. Conceitos como os de ideologia, consciência de classe, hegemonia, intelectual orgânico estão presentes neste modelo que enfatiza a transformação social e os movimentos dos grupos minoritários.

Embora o modelo latino-americano se afirme a partir dos trabalhos de educação popular de Paulo Freire, sua sistematização se faz nas práticas de oposição às ditaduras implantadas, nesses países, nas décadas de 60 e 70. Durante este período são inúmeros os trabalhos de psicologia que têm como objetivo desenvolver a autonomia dos grupos comunitários. Em 1979, no Peru, durante o congresso da Sociedade Internacional de Psicologia (SIP), os debates giram em torno de críticas ao trabalho assistencialista em comunidades, propondo, em seu lugar, um trabalho que leve à conscientização. Tais debates tornam indispensável uma coordenação da Psicologia Comunitária na América Latina e culminam com a proposta de um evento específico sobre o tema, que de fato se realiza em Cuba no ano seguinte.

As propostas surgidas no Congresso Interamericano sobre Psicologia Comunitária realizado em Havana, em 1980, vão nortear a ação dos psicólogos comunitários latino-americanos durante toda a década de 80. A principal delas recusava as práticas paternalistas frequentes até então, e propunha que o psicólogo deveria ser um catalisador, informar o grupo mas, ao mesmo tempo, fazer a comunidade se apropriar do seu próprio saber. Ou seja, deveria promover a autonomia, bem como “estimular a reflexão, o confronto, a conscientização e fundamentalmente a decisão e a ação conjunta” (LANE, 1992).

A dicotomia indivíduo/sociedade, presente no modelo latino-americano, se acentua por sua proposta de estabelecer no indivíduo uma cidadania comunitária. A lógica é que só é possível criar vivências comunitárias a partir do momento em que os sujeitos adquirem laços de solidariedade e organização. Desta forma, existe um alguém, o indivíduo, que deve ser transformado para se tornar participante de um espaço social-comunitário.

A temática da conscientização da comunidade é, pois, o cerne do modelo latino-americano. Portanto, uma forte dimensão pedagógica,

oriunda da Educação Popular, suporta as ações de um especialista que deve levar consciência aos que não a têm. Pautada neste princípio, a atuação do psicólogo pode assumir um caráter salvacionista, fruto de um esforço voluntário para salvar as classes populares de uma injustiça social.

Para retirar esse caráter de salvação, é preciso compreender a atuação da chamada Psicologia Comunitária como sendo uma forma de intervenção visando à desnaturalização das vivências cotidianas, já que é nos microespaços que se pode intervir, através da desconstrução de verdade produzidas como eternas e naturais.

Finalizando...

Nos anos 90, tempos de políticas públicas neoliberais e de fragilização das práticas coletivas, a Psicologia Comunitária certamente se modifica ao perder seu parceiro mais forte, os movimentos sociais. Dito de outra forma, vai tomando novas faces como sinal desses novos tempos.

A constituição brasileira de 1988 criou, a partir de reivindicações populares, um espaço de representação dos cidadãos em Conselhos de Educação, Saúde, Direitos da Infância, dentre outros. Estes conselhos têm ressonância estadual e municipal, o que não quer dizer, necessariamente, melhoria nas condições de vida, mas a institucionalização da participação na discussão da gestão pública.

Trabalhos recentes de Psicologia Comunitária têm como meta estimular a participação da população nos Conselhos, ainda buscando o que chamam de identidade comunitária.

Além disso, a Psicologia Comunitária foi se aproximando de outros temas —como, por exemplo, Educação Ambiental e sendo afetada por outros saberes —como os da Psicossociologia. Entretanto, mesmo que os espaços de atuação tradicionais (o bairro pobre, a favela, a periferia) e os suportes teóricos tenham se ampliado, ou modificado, os princípios da Psicologia Comunitária, vêm se reafirmando —o marxismo dialético como abordagem teórica básica, a busca de solução para os problemas, o

desenvolvimento da consciência crítica—, e ela continua sendo fundamentada na perspectiva da transformação social.

Tento finalizar com uma interrogação crítica. Por que instituir mais esse especialismo na psicologia? Um especialismo que, apesar de surgido na década de 60 como uma nova proposta de atuação, faz uso do modelo mais tradicional da psicologia, o da solução de problemas. Se o trabalho com grupos, a intervenção, a ação coletiva não são práticas exclusivas da Psicologia Comunitária, por que marcar este especialista?

São conhecidas práticas de psicólogos que trabalham em favelas, que atuam com grupos em centros de saúde, em escolas, mas não são psicólogos que seguem os modelos aqui discutidos. Para eles, a comunidade não é uma entidade, um todo sobre o qual movimentos se imporão, nem trabalham com a ideia de que as pessoas devem se mobilizar porque algo lhes falta. Fazem uma intervenção, mas não buscam a conscientização ou a revelação de um saber comunitário. Propõem a desinstitucionalização, estabelecendo relações entre as intervenções *psi* e a família, a justiça, a infância, a cidadania, a loucura... Atentos à multiplicidade das formas de viver, buscam a construção de dispositivos provocadores de análise, de rupturas que possam produzir novos sentidos, desnaturalizando as instituições.

Ao construir esta discussão sobre a Psicologia Comunitária, tentei apontar a necessidade de escapar das totalizações que podem revestir o termo. Uma delas, a ideia de que a Psicologia deve ser aplicada a um determinado campo. No momento atual, fim dos anos 90, surgem outras aplicadas —Psicologia do Trânsito, Psicologia Jurídica, Psicologia do Esporte—, seguindo a mesma direção: funcionamentos impermeáveis que impedem interfaces, a partir da proposição de uma psicologia que deve ter teorias, metodologias, ferramentas próprias... Até mesmo uma identidade própria, dependente do campo em que se aplica. As discussões propostas aqui tentaram uma crítica/análise de uma psicologia que vem sendo construída nesses moldes. Ficam algumas inquietações, que espero funcionem como um convite à construção de saberes e ferramentas *psi*, que possam servir amplamente a intervenções de psicólogos, educadores,

médicos, assistentes sociais, artistas e muitos outros, sem cair no reducionismo dos especialismos técnico-científicos.

Referências bibliográficas

- LANE, S. “Psicologia da comunidade. História, paradigmas e teoria” in *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social*. Belo Horizonte, agosto de 1992.
- MARIN, G. “Hacia una psicologia social comunitária”. Em: *Revista Latino-Americana de Psicologia*. Vol. 12, n. 1, 1980.
- NEGREIROS, M.A.G.M. “Psicologia e trabalho comunitário” in STUBBE, H. e LANGENBACH, M (org.) *Seminário Nacional: História da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia /PUC, 1988.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, lutas e falas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, S.R. *A Psicologia sobe o morro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PUC, 1985.
- VASCONCELOS E.M. *O que é Psicologia Comunitária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.